



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

III LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1983-1984)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 14 DE JUNHO DE 1983

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. Manuel Alfredo Tito de Moraes

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Leonel Sousa Fadigas

Reinaldo Alberto Ramos Gomes

José Manuel Maia Nunes de Almeida

Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos

**SUMARIO.** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 30 minutos.

**Antes da ordem do dia.** — Deu-se conta do expediente e da apresentação de requerimentos.

Em declaração política, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra (PCP) analisou os resultados eleitorais e, a propósito do trabalho a realizar pela Assembleia, teceu algumas considerações sobre o acordo do PS/PSD aos níveis governamental e parlamentar. Respondeu no fim a um protesto do Sr. Deputado Carlos Lage (PS), que, por seu lado, havia saudado toda a Câmara.

Também em declaração política, o Sr. Deputado Lucas Pires (CDS) manifestou os propósitos e expectativas do seu partido no início da nova legislatura, tendo respondido no fim a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado João Amaral (PCP). Na sequência desta declaração política, interveio, para protestar, o Sr. Deputado Carlos Lage (PS).

Igualmente em declaração política, o Sr. Deputado Lopes Cardoso (UEDS) criticou a política dos governos AD no sector dos transportes marítimos e respondeu no fim a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Silva Domingues (PSD).

Ainda em declaração política, o Sr. Deputado António Macedo (PS) saudou todos os deputados eleitos e chamou a atenção para a missão que lhes cumpre levar a cabo.

**Ordem do dia.** — Foi lido e aprovado um relatório da Comissão Eventual de Regimento e Mandatos sobre a substituição de deputados do PS e do PSD.

Na primeira parte da ordem do dia foi aprovada uma proposta de composição da Comissão de Regimento e Mandatos, tendo intervindo na discussão os Srs. Deputados João Amaral (PCP), Vilhena de Carvalho (ASDI) e António Vitorino (UEDS).

Na segunda parte procedeu-se à votação de uma proposta de alteração do artigo 46.º do Regimento sobre o elenco das comissões especializadas, que foi aprovada. Produziram declarações de voto os Srs. Deputados João Amaral (PCP), José Niza (PS), António Vitorino (UEDS), Corregedor da Fonseca (MDP/CDE) e Cardoso Ferreira (PSD).

Após ter informado a Câmara da entrada na Mesa de um relatório e contas da Junta do Crédito Público e de um

recurso do CDS sobre a admissão do projecto de lei n.º 7/III (Interrupção voluntária da gravidez), o Sr. Presidente encerrou a sessão às 20 horas e 15 minutos.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 30 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Socialista (PS):**

Abílio Aleixo Curto.  
Agostinho de Jesus Domingues.  
Alberto Manuel Avelino.  
Alberto Rodrigues Ferreira Gamboa.  
Alfredo José Somera Simões Barroso.  
Almerindo da Silva Marques.  
Amadeu Augusto Pires.  
Américo Albino da Silva Salteiro.  
António Cândido Miranda Macedo.  
António Carlos Ribeiro Campos.  
António da Costa.  
António Domingues de Azevedo.  
António Frederico Vieira de Moura.  
António Gonçalves Janciro.  
António Manuel C. de Azevedo Gomes.  
Armando dos Santos Lopes.  
Avelino F. Martins Rodrigues.  
Beatriz Almeida Cal Brandão.  
Bento Elísio de Azevedo.  
Carlos Alberto R. Santana Maia.  
Carlos Augusto Coelho Pires.  
Carlos Cardoso Lage.

Carlos Luís Filipe Luís Gracias.  
 Dinis Manuel Pedro Alves.  
 Eurico Faustino Correia.  
 Fernando Fradinho Lopes.  
 Francisco Augusto Sá M. Rodrigues.  
 Francisco Igrejas Caeiro.  
 Francisco Lima Monteiro.  
 Francisco Manuel Marcelo M. Curto.  
 Francisco Soares Mesquita Machado.  
 Frederico Augusto F. Handel de Oliveira.  
 Gaspar Miranda Teixeira.  
 Gil da Conceição Palmeiro Romão.  
 Helena de Melo Torres Marques.  
 Henrique Aureliano Vieira Gomes.  
 Hermínio Martins de Oliveira.  
 João de Almeida Eliseu.  
 João Eduardo C. Ferraz de Abreu.  
 João Joaquim Gomes.  
 João Luís Duarte Fernandes.  
 Joaquim José Catanho de Menezes.  
 Jorge Alberto Santos Correia.  
 Jorge Lacão da Costa.  
 Jorge Manuel Guimarães Quinta.  
 José de Almeida Valente.  
 José Augusto Fillol Guimarães.  
 José Barbosa Mota.  
 José da Cunha e Sá.  
 José Joaquim Pita Guerreiro.  
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.  
 José Manuel Niza Antunes Mendes.  
 José Manuel Nunes Ambrósio.  
 José Manuel Torres Couto.  
 José Maria Roque Lino.  
 José Martins Pires.  
 José Narciso Rodrigues Miranda.  
 José dos Santos Gonçalves Frazão.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Leonel Sousa Fadigas.  
 Luís Abílio da Conceição Cacito.  
 Luís Silvério Gonçalves Saias.  
 Manuel Alegre de Melo Duarte.  
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.  
 Manuel Filipe Pessoa S. Loureiro.  
 Manuel Joaquim Rodrigues Masseno.  
 Manuel Laranjeira Vaz.  
 Manuel da Mata de Cáceres.  
 Manuel Sousa Ramos.  
 Maria de Jesus Barroso Soares.  
 Maria Luísa Rodas Daniel.  
 Maria Margarida Ferreira Marques.  
 Mário Augusto Sotto Mayor Leal Cardia.  
 Mário Manuel Cal Brandão.  
 Paulo Manuel de Barros Barral.  
 Raul d'Assunção Pimenta Rego.  
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.  
 Ricardo Manuel Rodrigues de Barros.  
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.  
 Rosa Maria da Silva Bastos Albernaz.  
 Rui Fernando Pereira Mateus.  
 Rui Joaquim Cabral Raposo das Neves.  
 Silvino Manuel Gomes Sequeira.  
 Teófilo Carvalho dos Santos.  
 Victor Manuel Caio Roque.  
 Victor Hugo Jesus Sequeira.  
 Walter Ruivo Pinto Gomes Rosa.  
 Maria Idalina Valente Rosa.

# Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio Gaspar Rodrigues.  
 Abílio Mesquita Araújo Guedes.  
 Adérito Manuel Soares Campos.  
 Afonso Sousa Freire Moura Guedes.  
 Agostinho Correia Branquinho.  
 Amândio S. C. Domingos Basto Oliveira.  
 Amélia Cavaleiro Monteiro A. Azevedo.  
 António Augusto Lacerda Queiroz.  
 António José Bastos Marques Mendes.  
 António Maria de Ornelas Ourique Mendes.  
 António Nascimento Machado Lourenço.  
 António Roleira Marinho.  
 António Sérgio Barbosa de Azevedo.  
 Arménio dos Santos.  
 Carlos Miguel Almeida Coelho.  
 Cecília Pita Catarino.  
 César Augusto Vila Franca.  
 Cristóvão Guerreiro Norte.  
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.  
 Domingos Duarte Lima.  
 Eleutério Manuel Alves.  
 Fernando José R. Roque Correia Afonso.  
 Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira.  
 Fernando Monteiro do Amaral.  
 Fernando dos Reis Condesso.  
 Francisco Antunes da Silva.  
 Gaspar de Castro Pacheco.  
 Guido Orlando de Freitas Rodrigues.  
 Jaime Adalberto Simões Ramos.  
 João Evangelista Rocha de Almeida.  
 João Luís Malato Correia.  
 João M. Ferreira Teixeira.  
 João Pedro de Barros.  
 Joaquim Eduardo Gomes.  
 Joaquim Luís Esteves Pinto Monteiro.  
 José de Almeida Cesário.  
 José Ângelo Ferreira Correia.  
 José António Valério do Couto.  
 José Augusto Santos Silva Marques.  
 José Bento Gonçalves.  
 José Luís de Figueiredo Lopes.  
 José Mário de Lemos Damião.  
 José Adriano Gago Vitorino.  
 José Silva Domingos.  
 José Vargas Bulcão.  
 Leonardo Eugénio R. Ribeiro de Almeida.  
 Leonel Santa Rita Pires.  
 Luís António Martins.  
 Manuel António Araújo dos Santos.  
 Manuel da Costa Andrade.  
 Manuel Ferreira Martins.  
 Manuel Filipe Correia de Jesus.  
 Manuel Maria Moreira.  
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.  
 Maria Leonor M. Tavares.  
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.  
 Maria Margarida Salema Moura Ribeiro.  
 Mariana Santos Calhau Perdigão.  
 Marília Dulce Coelho Pires M. Raimundo.  
 Mário Martins Adegas.  
 Mário Montalvão Machado.  
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.  
 Pedro Augusto Cunha Pinto.  
 Pedro Miguel Santana Lopes.  
 Raul Gomes dos Santos.

Reinaldo Alberto Ramos Gomes.  
Rui Manuel de Oliveira Costa.  
Rui Manuel de Sousa Almeida Mendes.  
Victor Pereira Crespo.

#### Partido Comunista Português (PCP):

Alvaro Augusto Veiga de Oliveira.  
Alvaro Favas Brasileiro.  
António Anselmo Aníbal.  
António Guilherme Branco Gonzalez.  
António José Monteiro Vidigal Amaro.  
António Manuel dos Santos Murteira.  
António da Silva Mota.

Belchior Alves Pereira.  
Carlos Alberto da Costa Espadinha.  
Carlos Alberto Gomes Carvalhas.  
Custódio Jacinto Gingão.  
Domingos Abrantes Ferreira.  
Francisco Miguel Duarte.  
Georgete de Oliveira Ferreira.  
Jaime dos Santos Serra.  
Jerónimo Carvalho de Sousa.  
João António Gonçalves do Amaral.  
Joaquim António Miranda da Silva.  
Jorge Manuel Abreu de Lemos.  
Jorge Manuel Lampreia Patrício.  
José Batista Mestre Soeiro.  
José Manuel Antunes Mendes.  
José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
Lino Carvalho de Lima.

Manuel Correia Lopes.  
Manuel Gaspar Cardoso Martins.  
Manuel Rogério de Sousa Brito.  
Maria Alda Barbosa Nogueira.  
Maria Margarida do C. Campos Costa.  
Maria Ilda Costa Figueiredo.  
Maria Odete de Jesus Filipe.  
Maria Odete Santos.  
Octávio Augusto Teixeira.  
Raimundo do Céu Cabral.  
Zita Maria de Seabra Roseiro.

#### Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.  
Alfredo Albano de Castro de A. Soares.  
António Gomes de Pinho.  
António J. de Castro Bagão Félix.  
Armando Domingos Lima P. de Almeida.  
Basílio Adolfo de M. Horta da Franca.  
Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.  
Francisco António Lucas Pires.  
Francisco Manuel de Menezes Falcão.  
Henrique Manuel Soares Cruz.  
Henrique Paulo das Neves Soudo.  
Hernâni Torres Moutinho.  
João António de Moraes Silva Leitão.  
João Carlos Dias M. C. de Lencastre.  
João Gomes de Abreu Lima.  
Joaquim Rocha dos Santos.  
José António de Moraes Sarmento Moniz.  
José Girão Pereira.  
José Luís Cruz Vilaça.  
José Luís Nogueira de Brito.  
José Miguel Anacoreta Correia.  
José Vieira de Carvalho.

Manuel António de Almeida A. Vasconcelos.  
Narana Sinai Coissoró.  
Nuno Krus Abecasis.  
Tomás Rebelo Espírito Santo.

#### Movimento Democrático Português (MDP/CDE):

João Cerveira Corregedor da Fonseca.  
José Manuel do Carmo Tengarrinha.  
Raul Fernandes de Moraes e Castro.

#### Agrupamento Parlamentar da União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS):

António Manuel C. Ferreira Vitorino.  
António Poppe Lopes Cardoso.

#### Agrupamento Parlamentar da Acção Social Democrata Independente (ASDI):

Joaquim Jorge de Magalhães Mota.  
José António Furtado Fernandes.  
Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.

### ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à leitura do expediente.

Deu-se conta do seguinte

#### Expediente

##### Ofícios

Da Câmara Municipal de Torres Vedras, remetendo um exemplar do estudo elaborado pelos Serviços de Fomento da Assembleia Distrital de Lisboa, contendo as delimitações das freguesias de São Pedro, Santiago e Santa Maria, naquele concelho.

Da Junta de Freguesia de Alcanede, do concelho de Santarém, enviando documentos e expondo a situação dos baldios naquela freguesia.

Do Conselho de Imprensa, remetendo os comunicados relativos às reuniões que foram efectuadas nos passados dias 11 de Abril e 2 e 9 de Maio.

Da Direcção do Automóvel Clube de Portugal, solicitando que sejam tomadas providências no sentido de ser alterada a Lei n.º 3/82 na parte penal, que prevê a manutenção da multa de 5000\$ quando é requerida a contraprova e se verifica não haver lugar a infracção.

Da Junta de Freguesia de Argoncilhe, do concelho da Feira, remetendo fotocópia da acta n.º 40 da reunião efectuada pela respectiva Assembleia, em que se contesta a inclusão daquela freguesia na 3.ª Repartição de Finanças, por determinação da Portaria n.º 267/83.

Dos órgãos representativos dos trabalhadores da SETENAVE, remetendo cópias das decisões tomadas em assembleia geral realizada no dia 26 de Maio findo, em que exigem do Governo uma imediata definição económico-financeira da empresa.

Do conselho de departamento da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, chamando a atenção para as consequências que advêm da aplicação do Despacho Normativo n.º 57/83, do Ministério da Educação, recentemente publicado.

Da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, solicitando providências para o prosseguimento dos processos relativos à criação da freguesia de Santo Onofre, naquela cidade, e alteração do nome da actual freguesia de São Gregório da Fanadia para apenas São Gregório.

Do Serviço do Provedor de Justiça, expondo a posição do provedor no processo em que foi queixoso João Leandro perante o não acatamento da recomendação que dirigiu ao Secretário de Estado da Saúde no sentido de ser instaurado um processo disciplinar.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — Na última sessão foram apresentados os seguintes requerimentos: ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Almeida Pinto; aos Ministérios da Administração Interna, da Cultura e das Finanças e do Plano (2), formulados pelo Sr. Deputado Vilhena de Carvalho, e ao Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes e à Secretaria de Estado da Educação (2), formulados pelos Srs. Deputados João Rocha de Almeida e Joaquim Luís Monteiro.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, para que fique registado no *Diário* gostaria de lembrar que ao montar-se esta bancada não foram tomadas duas providências que são fundamentais: uma delas é o de que este microfone que aqui se encontra está mal instalado e incomoda; a outra é a de que não há altifalantes nesta bancada, tal como não há na do CDS, o que faz muita diferença aos deputados que aqui se sentam.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a Mesa vai providenciar no sentido de satisfazer a sua reclamação. Tem agora a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra para uma declaração política.

A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Finalmente iniciam-se hoje os debates parlamentares da III Legislatura da Assembleia da República. Começamos tardiamente com um quadro político que adultera o sentido da votação popular do passado 25 de Abril.

Esta Assembleia resultou, não o esqueçamos, de eleições antecipadas, porque o anterior quadro parlamentar há muito deixara de corresponder à vontade popular e às necessidades do País.

As eleições — todos o reconhecem — representaram um momento de profunda reflexão e participação do nosso povo, que rejeitou a política do PPD/CDS e dos seus governos e se manifestou abertamente pela mudança governamental e política.

**Vozes do PCP — Muito bem!**

A Oradora: — Ficaram criadas as condições institucionais para uma alternativa democrática baseada nos partidos que tinham feito oposição à AD e que

combateram os valores fundamentais que alimentaram a sua política.

No dia de hoje, quando pela primeira vez podemos interpretar em declaração política o significado das eleições, já o País pôde constatar que as expectativas e as condições criadas pelo sufrágio de 25 de Abril foram completamente defraudadas precisamente por aqueles que em função da confiança popular recebida tinham obrigação moral e política de lhe dar concretização.

**Vozes do PCP — Muito bem!**

A Oradora: — O acordo do PS com o PSD constitui — ninguém o pode negar — um instrumento atentatório da vontade popular, através do qual se mantém no governo os principais responsáveis da governação anterior, que o povo rejeitou e a quem claramente disse não.

**Vozes do PCP — Muito bem!**

A Oradora: — Basta passar os olhos por este hemicírculo para medir a extensão da mudança e o peso da derrota sofrida pela anterior maioria do PSD e do CDS e para se poder avaliar a completa aberração do arranjo governamental a que se chegou pela mão do Partido Socialista.

O acordo do PS com o PPD/PSD tem confessadamente profundas implicações parlamentares e vai ter seguramente outras, não reveladas publicamente, mas que a experiência da anterior maioria permite antever claramente.

Haverá, porventura, alguma razão para se ter alguma réstia de esperança de que com um tal acordo a Assembleia da República possa concretizar as expectativas de mudança com que o povo votou em 25 de Abril? Com que confiança se pode aguardar que a maioria do PS com o PSD se disponha a rectificar ou a corrigir os atropelos, os atentados, o descabro da governação da maioria do PSD com o CDS?!

Esperar-se-ia da Assembleia da República que iniciasse prontamente os seus trabalhos e que prontamente fizesse uso das suas competências legislativas e de fiscalização. Esperar-se-ia, desde logo, a revogação de medidas injustas e abusivas dos governos do PSD e do CDS, a aprovação de providências de emergência no plano económico e social e (de acordo com o que se afirmou na campanha eleitoral) a adopção de firmes medidas para enfrentar a corrupção.

A urgência de certas situações tornou-se patente no grito desesperado que trouxeram a este Plenário no passado dia 8 os trabalhadores da CIFA, há 8 meses sem salário.

*Aplausos do PCP e do MDP/CDE.*

São mais de 100 000 os trabalhadores que de todo o País se encontram com os salários em atraso! Pode a Assembleia da República manter-se alheia desta realidade e não tentar o que quer que seja para lhe fazer frente?

O tecto salarial deveria aqui ser discutido amanhã se a proposta do Grupo Parlamentar do PCP para esse efeito não tivesse sido objecto de obstrução por alegadas razões formais. É este e não outro o momento

de fazê-lo. É agora que estão em curso os processos de negociação e não produziram ainda os seus efeitos os dispositivos repressivos contidos na legislação do governo do PSD/CDS. Adiar este debate tem já um significado político inegável.

E tem o mesmo significado permitir que continue em vigência o já famigerado Decreto n.º 281/83, que faculta ao patronato a generalização da suspensão dos trabalhadores, como o tem o deixar em vigor a legislação que permite o roubo da cortiça às UCP's/Cooperativas e que afecta tão gravemente a indústria corticeira, ou tem o manter intactas as taxas sobre os medicamentos e serviços de saúde que acabam de ser alargadas aos trabalhadores da função pública.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — A Assembleia da República deveria estabelecer um calendário que permitisse abordar a situação económica e financeira do País. Vive-se, Srs. Deputados, com um orçamento provisório e seria inconcebível adiar o debate do OGE de 1983 para depois de férias, isto é, no preciso momento em que se deverá encetar o processo orçamental para 1984!

Vozes do PCP — Muito bem!

A Oradora: — Bem ao contrário, tudo indica que o bloco governamental mal tenha obtido investidura parlamentar prepara-se para mandar os deputados para férias depois de porem a chancela numa longa lista de autorizações legislativas. E nessas autorizações se pretende incluir, como já foi anunciado (e tal como fizeram os governos de Sá Carneiro), questões tão graves para o regime como a inconstitucional abertura da banca, seguros, cimentos e adubos ao grande capital e provavelmente a revisão de aspectos fundamentais da legislação laboral.

O bloco governamental ufana-se de dispor da «maior maioria» parlamentar de sempre. Já foi assinalado que isto poderia constituir uma condição muito favorável ao êxito da governação. Mas o que já se pode observar é que os responsáveis do governo temem submeter a «maior maioria» a essa maior prova que é o debate livre e democrático com a oposição e o País. Pretendem servir-se dela como um ferrolho, para fechar as portas da Assembleia e calar os deputados!

Vozes do PCP — Muito bem!

A Oradora: — A ser assim, tratar-se-ia da continuação da actuação governamentalizadora que a AD procurou impor e da subalternização da Assembleia da República.

É certo que olhando a bizarra selecção governativa que há dias tomou posse não pode deixar de se ter uma certa compreensão pelas cautelas e protecções de que a coligação procura rodear os seus novos ministros.

Ilusória protecção, porque as insuficiências, as incapacidades, as contradições do actual governo e as fragilidades da actual maioria virão ao de cima muito rapidamente.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Aliás, para nós a questão fundamental, não são as pessoas, mesmo quando a escolha é tão manifestamente errada, mas é a política. E quando ouvimos o mesmo Mário Soares, que antes das eleições responsabilizava a AD pela desastrosa situação, dirigir agora (logo no discurso de posse) as mais graves acusações e ameaças aos trabalhadores, não podemos ter quaisquer dúvidas.

Vozes do PCP — Muito bem!

A Oradora: — Trata-se da continuidade da política da AD, nalguns casos agravada! Que outra coisa significam as graves restrições anunciadas para o exercício do direito à greve, as novas facilidades prometidas ao patronato em matéria de despedimentos, a generalização das suspensões e reduções salariais, o novo regime de faltas e outros instrumentos de repressão patronal?

Com que sentimentos vai um país que votou na mudança assistir dentro de dias à investidura parlamentar de um governo que já se sabe que não vai resolver nenhum dos grandes problemas nacionais, que vai agravar as condições de vida do povo português, o descalabro financeiro, a dependência externa e nem sequer trará estabilidade governativa, antes prenuncia novas crises, com todas as suas nefastas consequências para o País.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Ninguém espere que nós, comunistas, nos responsabilizemos minimamente por uma tal política!

Vozes do PCP — Muito bem!

A Oradora: — Uma tal política só poderá ter da nossa parte a mais decidida e firme oposição dentro e fora desta Assembleia.

Aplausos do PCP.

Como sempre fizemos, apresentaremos as nossas propostas positivas, como aspectos de uma alternativa à presente política e ao presente governo e dando resposta aos problemas mais agudos e às aspirações mais sentidas do nosso povo.

Com esta orientação já iniciámos o nosso trabalho na presente legislatura. Vamos continuá-lo!

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

Entretanto, tomou assento na bancada do Governo o Sr. Ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares (Almeida Santos).

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Carlos Lage (PS): — É para um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Lamento ter que fazer a estreia nesta legislatura com um protesto à intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra.

No entanto, antes de fazer esse protesto quero começar por saudar todos os grupos parlamentares e agrupamentos parlamentares aqui presentes, inclusive os Grupos Parlamentares do PCP, do MDP/CDE e do CDS, isto é, saudar a oposição, esperando que esta tenha nesta Assembleia um trabalho de oposição e também um diálogo construtivo — estamos abertos a esse diálogo para resolver os problemas nacionais e não para mera polémica estéril e sem sentido.

Queremos também saudar os nossos parceiros na coligação do Governo, com os quais devemos ter a melhor cooperação.

Depois destas palavras introdutórias que gostaria de dizer para não ficar apenas o aspecto pesado e desagradável de um protesto, quero dizer à Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra que o Partido Comunista entrou nesta sessão legislativa com um sentido de combate e de agressividade que não devia usar. Entrou imediatamente na contestação a uma política que ainda nem teve ensejo de se apresentar. Portanto, já está a contestar aquilo que não conhece, ou seja, a política que o Governo vai aqui apresentar quando apresentar o seu Programa de Governo e na acção concreta que não pode antecipar a não ser por um sentido adivinhatório que o Partido Comunista não tem, mesmo que queira lançar-se na profecia.

Por outro lado, o Partido Comunista também não tem o direito de querer interpretar o sentido autêntico dos resultados das eleições do 25 de Abril. Quem interpreta os resultados das eleições do 25 de Abril são aqueles que foram eleitos, são aqueles que têm maioria e que, portanto, têm condições e mandato para fazer a interpretação que muito bem entenderem desses resultados — é claro que é uma interpretação de valor relativo, mas nós admitimos que as interpretações têm todas um valor relativo.

O Partido Comunista absolutiza a sua própria interpretação como que possuindo de uma espécie de mandato divino para interpretar o sentido dos actos eleitorais.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

O Orador: — Neste momento também temos que saudar o Governo que acaba de se constituir e cujo Programa vai ser discutido na próxima semana na Assembleia da República. Estamos, pois, convencidos de que este Governo vai ter êxito, sucesso, ao contrário do que pensam a Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra e o Partido Comunista, até porque estamos convencidos de que se este Governo tivesse um insucesso também seria um insucesso para a democracia. E como não queremos o insucesso da democracia, mas a sua consolidação e o seu êxito, apostamos na vitória deste Governo e na resolução dos problemas nacionais, que é essencialmente o cerne da sua política e do acordo que lhe deu origem.

*Aplausos do PS, do PSD, da UEDS e da ASDI.*

O Sr. Presidente: — Para contraprotestar, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra, se assim o desejar.

A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP): — Sr. Deputado Carlos Lage, acho que não tem que lamentar o facto de iniciar o seu novo trabalho parlamentar com um protesto sobre as palavras do PCP. Acho que é já um bom treino para os próximos trabalhos da Assembleia da República.

*Aplausos de alguns deputados do PCP.*

Quanto às questões que coloca devo dizer-lhe que tudo o que eu referi na minha intervenção não são previsões sobre o que vai ser a futura política do Governo, pois vamos ter tempo de entrar no concreto quando o Governo começar a ter as responsabilidades e os ministros tomarem posse nas respectivas pastas e nomeadamente durante o debate do Programa do Governo. Na minha declaração política não fiz nenhuma referência a isso e baseei-me apenas na intervenção do Primeiro-Ministro no seu acto de posse e no acordo parlamentar público — pois só conhecemos o público — do PSD com o Partido Socialista. Portanto, foi exactamente baseada nisso que fiz a minha declaração política.

Quanto à interpretação do sentido das eleições, dê-nos a liberdade, Sr. Deputado, de ter a nossa interpretação de qual é o sentido das eleições. Basta olhar a composição do hemiciclo, que está completamente diferente daquilo que estava há 2 meses atrás, para nos apercebermos de que isso significa uma vontade expressa de mudança, mas, pela mão do Partido Socialista, aqueles que pelo voto popular foram afastados das responsabilidades governamentais já lá estão outra vez. Isso é uma realidade que entra pelos olhos dentro e que é perfeitamente clara aos olhos do país.

**Vozes do PCP — Muito bem!**

A Oradora: — Sobre o sentido do que vai ser o futuro do nosso país, a única referência que fiz também não é já sobre a política do Governo, mas sim sobre a sua composição. E o Sr. Deputado permita-me que transmita aqui a surpresa com que muita gente — e não só gente do meu partido — verificou a composição do actual Governo e os arranjos que foram feitos para a sua formação: o Ministro da Saúde deve ser um grande especialista de saúde, só que o País não lhe conhecia esses dotes; o Ministro do Mar deve ser um grande especialista do mar, mas realmente o País desconhecia-o e conhecia-o como especialista na indústria. Portanto, é natural que o País, que não conhecia as vocações escondidas desses ministros, fique agora expectante a ver o que é que vai sair deste Governo e que, muito naturalmente, coloque questões e interrogações. Mas isso teremos oportunidade de o dizer no debate do Programa do Governo que dentro de dias aqui decorrerá.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lucas Pires.

O Sr. Lucas Pires (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Inicia-se uma nova legislatura e a situação é politicamente nova. É, pois, uma boa altura para esclarecer orientações gerais e situar posições relativas.

Pela nossa parte esperamos e desejamos que a vida portuguesa entre numa fase de estabilidade. Na nossa análise, o que deve ser mais marcante da fase actual é o fim do período transitório. É a mudança permanente que tem evitado a mudança profunda e fundamental. Por isto a estabilidade é hoje uma responsabilidade comum de todas as forças políticas perante o povo português.

É uma exigência que não tem a ver com os governos. Tem a ver com a defesa das instituições e com as expectativas do povo português.

Há, aliás, condições adequadas para o conseguir. Em primeiro lugar, é o facto de já ter havido revisão constitucional e apesar, até, do carácter insatisfatório que ela própria reveste. Se feita a revisão constitucional (melhor ou pior) e aprovada a Lei da Defesa Nacional não há condições de estabilidade, perguntar-se-á então quando é que haverá condições de estabilidade.

Em segundo lugar, é muito vasta a maioria que sustenta o Governo e está unida não só pelos vínculos ideológicos entre socialismo e social-democracia, mas também por certos vínculos concretos como o consubstanciado na direcção da UGT.

Em terceiro lugar, a situação internacional parece igualmente facilitar uma estabilização e mesmo uma recuperação. Tal e qual como até agora se teve de importar a crise, talvez agora se possa, no futuro, importar a recuperação. Embora desejemos que os 18 meses pedidos pelo Sr. Primeiro-Ministro não venham a ser apenas, outra vez, uma passiva espera de que essa «importação» de recuperação internacional ocorra ou opere completamente entre nós.

É com este espírito que seremos oposição. E se a actual maioria de governo é a maior de todas as maiorias, esperemos que não venha a ser uma maioria esmagadora no sentido real de expressão. Não nos esquecemos do modo quase feroz com que o Partido Socialista combateu na altura da candidatura do general Soares Carneiro a chamada concentração de poderes. Seria bom, pois, por exemplo, que o critério de designação das administraturas do Estado e das empresas públicas se regessem por estritos critérios de competência, com respeito das minorias, e que a voz da oposição democrática pudesse ser ouvida em todos os foros democráticos e mesmo no Conselho de Estado. A este propósito, o CDS tem que esclarecer, porém, que não pensa instrumentalizar o Provedor de Justiça à função da sua representação no Conselho de Estado. Nem o Provedor deixaria, com certeza, que tal acontecesse! Seria bom, aliás, não esquecer que a eleição do Provedor de Justiça é feita por prazo fixo, e não está para ser renovada.

É uma medíocre concepção do Estado, própria do «vale-tudo-partidário», sugerir, como tem sido feito, a instrumentalização de uma magistratura independente ou confundir o critério da sua designação ou qualquer convicção pessoal do próprio com uma função de representação partidária.

É preciso, além disso, respeitar o Estatuto de Oposição e valorizar a eficácia dos trabalhos parlamentares. Mas é preciso também em todos os planos da vida nacional dar provas deste espírito e contribuir para a estabilidade dos resultados democráticos. É por isso que não compreendemos o comportamento do Partido

Socialista em planos de acção como o da Câmara Municipal de Lisboa, onde dá provas, em coligação com a APU, de uma obstinada tendência obstrutiva. É um mau sintoma de arrogância de poder, que não favorece a criação de um clima de estabilidade e respeito dos mandatos democráticos.

Este clima de respeito dos mandatos democráticos é, aliás, perfeitamente compatível com a ideia de oposição e de crítica a que obviamente não renunciaremos. Não podemos mesmo deixar de assinalar e de lamentar que até agora o substancial da apresentação do novo Governo tenha mesmo sido um rosário de queixas e de autocritica. Para além da falta de lógica que há em repudiar as heranças cooptando o herdeiro, parece absurdo que se queira renovar a vida portuguesa com um simples inventário de desculpas para as dificuldades a enfrentar.

É claro que a situação é difícil, mas no essencial não é mais difícil do que foi tantas vezes antes, ainda que por outros motivos ou com outras variantes. Se há algum elemento fundamental na crise que vivemos em Portugal é a sua permanência, é a repetida incapacidade para a ultrapassar. Receio mesmo que o Governo que já tomou posse esteja a acusar outros daquilo mesmo de que os seus principais responsáveis já foram «culpados» no passado e alguns quase até ao presente.

Era a altura de pensar que a questão é mais vasta e mais funda. Não chegam apenas novas pessoas, aliás quantas vezes já regressadas pela terceira vez ao Governo. E não sabemos até que ponto um «socialismo arrependido» e «autocrítico» pode perspectivar e mobilizar um país para o futuro. Quando o próprio socialismo é carregado como um fardo, há razões para temer que se trata de mais uma carga a adicionar às já existentes. É verdade dizer-se que há muitas coisas em causa. Mas não é o regime que está em causa. É apenas um modelo socialista, nomeadamente no plano económico, que está em causa e já confessadamente pelos seus próprios expoentes como prelúdio à exibição dos respectivos custos.

O que se passou até agora deixa-nos apreensivos e confirma isto mesmo. Com a agravante de que até às eleições ouvimos, sobretudo, as promessas das 100 medidas e da carta aos empresários e depois das eleições é que temos ouvido, sobretudo, queixas sobre a situação económica. É-se mesmo tentado a perguntar se o segundo efeito sonoro não se destinará a fazer esquecer o primeiro. Além de que, apesar de todas as promessas liberalizadoras, o único verdadeiro acto de poder e decisão da nova coligação pertenceu até hoje ao secretário-geral da UGT, único que, aliás, saiu reforçado das negociações para a formação do Governo sem nelas ter formalmente participado. O que pode bem fazer-se suspeitar de um governo de direcções radicais, a funcionar, pelo menos, como instância arbitral do Governo na área económica e social. Por outro lado, a vários títulos, a situação política ameaça cair de novo numa controvérsia repetida entre o PC e o PS, com o PSD à ilharga, concentrados sobre a realidade existente, confundindo a situação portuguesa com uma velha querela interna da esquerda portuguesa, quando o que é importante no médio prazo é criar uma nova realidade e alimentar uma nova convicção capazes de libertar o País da situação em que se encontra.

É por tudo isto que é necessário perspectivar uma alternativa. Agora que, com a revisão constitucional, está fixado o quadro do poder, mais facilmente essa alternativa, uma alternativa de maior liberdade nacional e individual, poderá caminhar e fortalecer-se, com a consciência que é na renovação que a democracia se fortalece. E é neste campo que o CDS situará a sua intervenção e a sua acção. Sabemos que o Parlamento é, sobretudo, um lugar de diálogo e estamos aqui para afirmar a nossa vontade de participar intensamente nesse diálogo com todas as forças políticas e sociais, com todos os cidadãos, com o País em geral. Queremos também contribuir para que a Assembleia da República possa vir a ser um exemplo de trabalho, um foro de pedagogia democrática e um instrumento verdadeiro de modernização e de crença do País em si mesmo. Assim procuraremos, e a partir da oposição, contribuir para o desenvolvimento da democracia e do País, com o sentido de uma comunidade. São estes os nossos propósitos e os nossos votos neste início de legislatura.

*Aplausos do CDS.*

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado João Amaral pediu a palavra para que efeito?

O Sr. João Amaral (PCP): — É para pedir esclarecimentos, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Deputado Lucas Pires, não me vou referir ao conteúdo total da sua intervenção, nomeadamente àquela parte em que fala de uma mudança permanente, que é a de a partir da revisão constitucional ter ficado estabilizado o que chamou «sistema fixo». Talvez a mudança permanente de que falou tenha a ver com a sua fixação em torno da forma como fez a campanha eleitoral, sempre de autocarro, portanto, uma mudança permanente, sempre de autocarro, o que neste caso seria, enfim, a forma de estabilizar a revisão constitucional.

Vou referir-me, sim, a uma questão muito concreta que é a seguinte: o Sr. Deputado Lucas Pires chamou a atenção para uma coisa que era óbvia e que é a de que o Provedor de Justiça é um órgão independente. Não podemos dizer que tenha dito isso da maneira mais simpática para o Provedor de Justiça, já que disse que acreditaria que ele assumiria a sua função independentemente. Devo dizer que não tem que acreditar. Isso, o assumi-la de uma forma independente, faz parte do seu dever, mas, enfim, disse-o dessa forma e disse, portanto, que, estando ele com um mandato por 4 anos que não termina já, carece de sentido a afirmação de que a Provedoria de Justiça — e essa é uma afirmação pública — seria entregue a alguém do CDS.

O Provedor de Justiça é hoje o Dr. Pamplona Corte-Real e é-o até ao termo do seu mandato, que não ocorre agora, mas daqui a 1 ano, sensivelmente. Portanto, não há grande sentido no conteúdo desta parte do acordo PS/PSD.

A questão do Sr. Deputado Lucas Pires foi colocada nestes termos: entendendo-se como oposição — obviamente para estes efeitos, porque para outros se entende como parceiro do comboio —, diz ser pre-

ciso que de alguma forma essa oposição, que o Sr. Deputado Lucas Pires diz que é, apareça, e fale no Conselho de Estado. Eu pergunto muito concretamente, Sr. Deputado Lucas Pires: está a sugerir que seja alterado, de alguma forma, o conjunto de disposições regimentais que regulam a eleição do Conselho de Estado? Está a sugerir que alguém, naturalmente do PSD ou do PS, ceda ao seu partido um lugar no Conselho de Estado? Está a insinuar que é falso que lhe vão «ceder», enfim, num acordo de cavalheiros com o CDS, o lugar de Provedor de Justiça, visto que ele já é do Prof. Pamplona Corte-Real, que foi proposto pelo CDS, e que, portanto, é precisa uma outra contrapartida, que seria um lugar no Conselho de Estado à custa dos dois do PS, ou de um dos dois do PS, ou de um dos dois do PSD?

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Lucas Pires.

O Sr. Lucas Pires (CDS): — Enfim, abstraindo-me das considerações automobilísticas que precederam a intervenção do Sr. Deputado João Amaral, quero só dizer que quis apenas desfazer um equívoco, que não quis apresentar nenhuma sugestão, nem nenhuma proposta. Sei que há meios regimentais para alterar o próprio Regimento e, portanto, não fiz nenhuma proposta nesse sentido. Quis apenas desfazer o equívoco que consiste em pensar-se que o lugar de Provedor de Justiça estava dado ao CDS e que, portanto, havia uma representação do CDS no Conselho de Estado.

O Sr. João Amaral (PCP): — Não fui eu que o disse!

O Orador: — Nós não queremos instrumentalizar nem a função do Provedor de Justiça, nem a própria ideia de justiça a esse papel, e foi apenas isto que quis dizer.

*Risos do Sr. Deputado Veiga de Oliveira.*

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Carlos Lage pediu a palavra para que efeito?

O Sr. Carlos Lage (PS): — A título de protesto, pois eu não queria deixar passar em claro algumas afirmações do Sr. Deputado Lucas Pires.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Antes de mais queria mostrar alguns pontos de acordo com o Sr. Deputado Lucas Pires. Quando ele diz que a estabilidade é a chave da solução dos problemas do País eu considero que esse é um valor político essencial no actual momento. Pensamos exactamente o mesmo.

Também estamos de acordo quando o Sr. Deputado Lucas Pires afirma que é necessário valorizar o trabalho parlamentar. É esse o nosso pensamento e quando estávamos na oposição muitas tentativas e muitas propostas fizemos nesse sentido. Não voltamos atrás.

Estamos igualmente de acordo quando o Sr. Deputado Lucas Pires manifesta interesse e apreensão relativamente ao respeito pelos direitos da oposição. Nós,



que sentimos o que era muitas vezes o desrespeito pelos direitos da oposição quando o Sr. Deputado Lucas Pires estava no poder, estamos dispostos a respeitar inteiramente os direitos da oposição e com ela manter um diálogo construtivo.

Agora vem a parte de discordância. Discordo com a afirmação do Sr. Deputado Lucas Pires de que o Partido Socialista transporta o socialismo como um fardo. Para nós o socialismo não é um fardo, nem o transportamos como um fardo, mas sim como uma esperança.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Orador: —** Em segundo lugar discordamos também das afirmações do Sr. Deputado Lucas Pires de que durante a campanha eleitoral o Partido Socialista fez promessas e que agora anda mais preocupado em atirar a responsabilidade da situação económica para os que o antecederam do que em apresentar soluções concretas. Foi assim que interpretei as suas palavras, mas não sei se estou a errar.

Ora, o Sr. Deputado Lucas Pires devia estar distraído na altura em que o Partido Socialista fez o diagnóstico da crise económica, diagnóstico esse rigoroso nas suas causas e não nas suas consequências tomadas como causas. Fizemos o diagnóstico da crise económica e é natural que o Sr. Deputado Lucas Pires, que andava nessa altura muito ocupado com a crise interna do seu partido, não se tivesse apercebido desse diagnóstico e venha agora atribuir-nos uma atitude que seria leviana se a tivéssemos tomado.

De facto, o Partido Socialista fez uma análise rigorosa da situação económica do País e é a partir desta situação económica que se vão tomar as medidas convenientes. Ora, há que responsabilizar quem gerou esta crise e dentro da própria AD há quem responsabilize já directamente alguns dos seus principais causadores.

Portanto, o Partido Socialista não agiu, neste capítulo, com qualquer leviandade, e utilizou um método não só pedagogicamente correcto, mas politicamente justo e acertado.

Quanto à questão que o Sr. Deputado Lucas Pires pôs, a título de queixa, sobre a representatividade no Conselho de Estado, que nós sabemos, aquando da criação do Conselho de Estado, da banda do CDS não veio nenhuma objecção relativamente ao método de escolha — o sistema proporcional — que foi consagrado na Constituição. Naturalmente que o CDS nessa altura estava com esperanças de crescer e até de ganhar mais representantes no Conselho de Estado, mas o eleitorado deu-lhe apenas 12 % dos votos e o CDS tem que se resignar à sua pequenez, que o Sr. Deputado Lucas Pires julga que será momentânea, mas que nós pensamos que vai ser bastante longa.

**O Sr. Presidente: —** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso, para uma declaração política.

**O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): —** Sr. Presidente, Srs. Deputados: O ataque sistemático às empresas do sector público visando o seu progressivo desmantelamento, ainda que com risco para a economia nacional, foi uma das constantes da gestão dos sucessivos governos AD.

O que nessa matéria se passou no sector dos transportes marítimos é grave e paradigmático.

Perguntar-se-á a que propósito esta crítica e estas palavras no momento em que o último governo AD passou à história e acaba de tomar posse um novo executivo? Perguntar-se-á, talvez, porquê estas palavras num momento em que se esperaria, porventura, uma declaração política de índole geral?

Por duas razões: porque pensamos que não será inútil nem despropositado que a Assembleia comece desde logo a debruçar-se sobre problemas e sobre questões concretas e porque — e esta é uma das razões bem simples — até ao último momento o governo cessante prosseguiu a ofensiva contra o sector dos transportes marítimos, ignorando a sua condição de governo demitido, numa clara tentativa de criar factos consumados e comprometer, desde logo, as possibilidades de acção e intervenção do novo governo. Importa por isso, antes que seja demasiado tarde, alertar a opinião pública, os actuais responsáveis pelo executivo e esta Assembleia para a situação criada.

O estado em que se encontram as 3 maiores empresas do sector, que representam quase 97 % da frota nacional, é de quase completo descalabro, consequência de uma gestão conduzida exactamente com esse objectivo.

Na Companhia Nacional de Navegação, E. P., a venda de grande parte do património, com o argumento de que importava resolver problemas imediatos de tesouraria (como se, porventura, o desinvestimento maciço pudesse por si só resolver os problemas da empresa), foi a característica mais saliente da gestão dos últimos conselhos de gerência.

Mas terá, ao menos, a alienação desse património incidido sobre unidades obsoletas visando a renovação da frota? Entre as unidades alienadas estavam os navios que melhor colocação tinham e têm no mercado internacional, como é o caso dos navios frigoríficos, navios que a CNN vendeu e que agora afreta àqueles que compraram os navios que anteriormente lhe pertenciam.

Entretanto e simultaneamente, o conselho de gerência procura adquirir uma nova unidade, velha, de 7 anos, e, curiosamente — espante-se! —, os pedidos de autorização para a transacção feitos pelo conselho de gerência apresentam custos que variam de 9 milhões de contos, quando dialoga com o Ministério da Tutela, a 11 milhões de contos, quando pede autorização ao Banco de Portugal! Porquê esta diferença? Aqui fica a pergunta para a qual importa encontrar resposta.

E por que razão a gerência aliena barcos de fácil colocação no mercado, que afreta em seguida, e adquire, justamente na alta do mercado, 3 barcos de transportes de cereais?

Da forma como tem sido gerida a CNN falam os resultados: muito rapidamente direi apenas que em 1979 o défice era de 500 000 contos e em 1982 o défice é de 3,8 milhões de contos.

Em 1979 os capitais próprios da CNN situavam-se em 700 000 contos negativos, em 1982 situar-se-ão em cerca de 5 milhões de contos negativos!

Mas é na Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos (CTM) que o processo de desmantelamento terá atingido aspectos mais gritantes; naquela empresa a incompetência, o compadrio e a perseguição aos téc-

nicos que tentavam denunciar e contrariar aquele processo terão atingido os mais altos níveis.

Em Agosto de 1982 o Governo decretou a situação económica difícil para a CTM. Nada foi feito em seguida para sanear e viabilizar a empresa. Daí, é permitido concluir-se que ao decretar-se a situação económica difícil mais se não pretendeu do que asfixiar a CTM. Como era evidente, a partir dessa data nunca mais os credores externos deixaram de pressionar a empresa, contribuindo para a sua progressiva asfixia.

A CTM, onde o próprio presidente do conselho de gerência admitiu, numa entrevista a um órgão de comunicação social, a existência de fenómenos de corrupção, nasceu em 1973 como resultado da fusão entre a Companhia Colonial de Navegação e a Empresa Insulana de Navegação, processo levado a cabo exactamente pelo mesmo grupo que o actual conselho de gerência protege e que está na origem da tentativa de desmembramento da empresa, tentativa de desmembramento que se tentou consumir na véspera mesmo da tomada de posse do novo executivo, procurando na véspera dessa tomada de posse lavar a escritura pública da cisão da CTM.

Quanto aos resultados financeiros não são mais brilhantes, antes pelo contrário, do que os resultados financeiros da Companhia Nacional de Navegação: um défice de 1,5 milhões de contos em 1979 e um défice estimado de 4,2 milhões de contos em 1982.

Facto que também não deixa de ser curioso é o de que desde 1975 nunca as contas da CTM mereceram a aprovação da Inspeção das Finanças, e já lá vão 8 anos.

Quanto à Sociedade Portuguesa de Navios Tanques, criada em 1947 e que viu o seu capital nacionalizado em cerca de 97 % depois do 25 de Abril, a situação não é mais famosa.

A empresa assegura o abastecimento de combustíveis líquidos para o País e, apesar do quase monopólio que possui neste tipo de transportes, os resultados de gerência são eles, também, reflexo do modo como a empresa tem sido gerida — e para poupar os números direi apenas que eram de um défice de 500 000 contos em 1979 e são de um défice de 200 000 contos em 1982. E porquê? Haverá várias explicações, mas uma delas é seguramente o facto de terem autorizado importações CIF, que retiraram à empresa parte do mercado correspondente a cerca de 25 % das quantidades importadas, e o desvio do volume de cargas transportadas em navios próprios para navios afretados, que só em 1980 e 1981 foi de cerca de 32 % do volume de carga.

Entretanto, e perante este panorama, o que é que nós vemos? Vemos que o défice da rubrica «Frete de mercadoria» da nossa balança de transportes atingiu em 1982 os 34 milhões de contos. É uma autêntica sangria de divisas resultante, entre outras coisas, do afretamento de navios, que para as cargas secas atingiram em 1980 os 160 milhões de dólares.

E entretanto, verdade ou mentira, não o posso afirmar, mas importaria averiguar, o certo é que corre nos mercados internacionais que Portugal é conhecido como sendo o País que mais comissões paga para os afretamentos. Também aqui há matéria que importa que o próximo executivo não deixe de inquirir e de esclarecer.

A nossa frota comercial passou de 1979 a 1982 de 103 navios para 84 navios envelhecidos, com uma idade média superior aos 19 anos, quando se sabe que a idade rentável se situa, em média, nos 15 anos.

E muito ao contrário do que tem sido propalado e afirmado pelos conselhos de gerência, a situação das empresas de transportes marítimos não se deve aos custos com pessoal, que apenas terão contribuído para o acréscimo dos défices entre 6 % e 10 % no período de 1979 a 1982 e que continuam a ser os salários mais baixos pagos na Europa pelo sector, salários que se situam ao nível dos salários pagos nos países do Terceiro Mundo.

A importância económica e estratégica do sector dos transportes marítimos, os seus reflexos no maior ou menor grau de dependência do nosso país é — pensamos — incontroverso para todos nós. A reestruturação empresarial do sector é indispensável. Não somos daqueles que pensam que a actual situação se poderá manter, como não pensamos que a simples manutenção de empresas por meras razões programáticas ou dogmáticas seja solução defensável ou que possa por si só conduzir a algo de diferente do agravamento da sua situação com todas as consequências sociais e económicas que daí advêm.

Mas rejeitamos o puro e simples desmembramento das empresas existentes, divorciado de qualquer plano global de reestruturação do sector, como consideramos inadmissível, e que o actual governo não poderá admitir, as medidas tomadas na véspera da sua entrada em funções em relação à CTM, através da tentativa de fazer consumir o seu desmembramento e da aplicação do regime sucedâneo aos trabalhadores desta empresa.

A reestruturação do sector deverá assentar, no essencial, na inventariação do valor real do património das empresas, na interligação com o comércio externo, na interligação com os estaleiros nacionais da construção naval, na interligação com a banca e os seguros, no reordenamento empresarial, na dinamização das estruturas administrativas e no diálogo permanente com as estruturas representativas dos trabalhadores.

Pensamos que a criação do Ministério do Mar, englobando, a par dos transportes marítimos a construção naval, é um passo importante no sentido de uma acção global, sem a qual se não vê possível uma reestruturação eficaz do sector.

Mas obviamente não basta. A tarefa que se coloca ao Governo neste domínio é difícil, mas é também um teste. Um teste quanto à sua capacidade de reestruturação da economia nacional, um teste quanto à sua vontade efectiva de lutar e pôr cobro à corrupção.

Pela nossa parte aqui deixamos este alerta ao Governo, na certeza de que não lhe pouparemos as críticas se, porventura, a sua acção se consumir em sentido contrário àquele que ousamos considerar como correcto, mas também lhe não regatearemos o apoio sempre que essa acção vá no sentido do que entendemos ser o interesse nacional.

Somos daqueles que recusamos neste momento, em face da situação que o País atravessa, fazer qualquer juízo de intenções, qualquer processo de intenções ao actual Governo. Julgá-lo-emos por aquilo que fizer, ajuizaremos do que ele for a cada momento por aquilo que ele fizer.

O Sr. Silva Domingues (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Silva Domingues (PSD): — Para um protesto em relação à intervenção do Sr. Deputado Lopes Cardoso, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Silva Domingues (PSD): — Sr. Presidente, em relação à intervenção do Sr. Deputado Lopes sentou a sua versão da política que tem vindo a ser seguida na marinha mercante, mas creio que esta versão não corresponde nem às intenções nem às realidades, isto é, não corresponde às intenções dos últimos governos da Aliança Democrática, tal como, com certeza, que não corresponde às realidades que se verificam.

Creio mesmo que o deputado Lopes Cardoso foi mal esclarecido, foi mal informado, dado que apresenta um conjunto de números que de modo nenhum corresponde a qualquer realidade do sector da marinha mercante.

Seguindo o esquema do discurso do Sr. Deputado, começaria por chamar a atenção para o facto de que na CNN não existe qualquer política de venda dos bons navios ...

O Sr. Carlos Espadinha (PCP): — Mentiroso!

O Orador: — ... e de compra de maus navios. O que acontece é que a CNN, como a CTM, tinha navios destinados ao tráfego das colónias e hoje precisa de ter navios destinados ao tráfego nacional. Daí que seja necessário vender navios que não fazem falta e comprar navios que são indispensáveis. Este é o caso dos «frigos».

#### *Protestos do PCP.*

A CNN comprou os navios «frigos» para transportar bananas de Angola para Portugal. Essas bananas hoje, como se sabe, não são transportadas, e os navios têm andado no mercado internacional, no mercado de frete, mas o negócio que foi feito pela CNN é, tanto na opinião dos seus gerentes como na opinião dos técnicos e especialistas do sector, um bom negócio porque permite que os navios continuem armados e administrados, geridos, pela Companhia Nacional de Navegação, com frete garantido, o que no período de crise que hoje se vive no mercado de fretes de «frigos» constitui uma boa decisão.

Quanto à compra de uma unidade velha, de 7 anos, por 9 milhões de contos, devo dizer que nem uma unidade coberta de prata custaria 9 milhões de contos e muito menos 11 milhões de contos.

Creio que isto é uma enorme confusão e estar-se-á talvez a confundir 9 ou 11 milhões de contos com 4 milhões de dólares ou 4 milhões e meio de dólares, segundo diferença entre a autorização dada pelo ministério da tutela e pelo Banco de Portugal, isto porque a...

O Sr. Presidente: — Faça favor de terminar, Sr. Deputado, pois esgotou o seu tempo.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente. Na verdade, este assunto exige um pouco mais de tempo, mas vou ser breve.

Isto é apenas um exemplo de uma confusão que envolve 9 milhões de contos, mas ele é oportuno porque nos permite criticar, de uma forma fácil, todos os outros números apresentados pelo Sr. Deputado.

Queria ainda dizer o seguinte: os défices destas empresas resultam não só da sua má estrutura como também da crise internacional que vai no mercado de fretes e, apesar de este ser um tema muito árido para ser tratado aqui, a verdade é que no mercado internacional a crise a nível dos transportes marítimos é gigantesca.

Relativamente à propaganda corrupção, creio que, infelizmente, neste país há corrupção em muito sítio e não é apenas ao nível dos conselhos de gerência que ela pode ser atacada: é a todos os níveis da Administração Pública, a todos os níveis das empresas, e não só ...

Finalmente, queria dizer que é uma grande preocupação do meu partido que a balança de fretes, a balança de transportes, seja melhorada e por isso foram tomadas algumas decisões pelo último Governo — e também por governos anteriores — no sentido de que a cooperação da marinha mercante com os organismos importadores e com os estaleiros navais seja uma realidade. Todavia, para que ela o seja, não é só à marinha mercante que se tem que pedir responsabilidades; tem que se exigir que os importadores colaborem e também que os estaleiros produzam a bom preço e apresentem as unidades prontas em tempo útil.

Quanto ao diálogo, desejo bem que o novo Governo — até porque tem um Ministério do Mar — seja capaz de fazer pela marinha mercante, se não conseguir fazer melhor, pelo menos o que os governos anteriores têm tentado fazer.

#### *Risos do PCP.*

Estou convicto de que este Governo vai ter uma boa actuação na marinha mercante porque os problemas são conhecidos e a boa vontade do Partido Socialista e do Partido Social-Democrata são para mim uma garantia de que vamos ter marinha mercante.

#### *Aplausos do PSD e de alguns deputados do CDS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso, para um contraprotesto.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Deputado, verifique que não explicou nem respondeu à questão relativa à venda dos navios. Os navios vendidos são ou não os mais bem pagos do mercado internacional? Se os navios não prestavam por que é que são afretados de novo de terem sido vendidos?

Outra questão: o Sr. Deputado escudou-se num erro de leitura meu, pelo qual me penitencio. Onde falei em milhões de contos eram milhões de marcos. Está escrito na minha intervenção e posso mostrar-lhe, foi um lapso de leitura meu.

Mas o erro de milhões de marcos para milhões de contos — que é um erro lamentável, embora já esteja corrigido — não explica a diferença de valores que se mantém, quer seja em marcos, quer seja em contos.

Finalmente, constato que quanto à existência de corrupção o Sr. Deputado não a negou, antes se escudou

com o facto de ela não ser apanágio do sector dos transportes. Talvez não o seja, o que é lamentável, mas o senhor não negou que ela existe também nesses sectores. Aliás, era difícil negá-lo depois da entrevista do Dr. João de Melo, da CTM, publicada no jornal *Expresso*.

A questão não está só em saber o que é que se fez no ano passado, mais importante ainda é saber o que é que se vai fazer no futuro em relação a essa corrupção.

O Sr. Silva Domingues (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Desculpe-me, Sr. Deputado, mas não lhe posso dar de novo a palavra.

Tem a palavra, para uma declaração política, o Sr. Deputado António Macedo.

O Sr. António Macedo (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pertencço ao reduzido grupo dos «veteranos», quero dizer, dos mais antigos membros deste Parlamento, dos que há mais tempo e de mais longa data ocupam as bancadas deste hemiciclo após a gloriosa revolução de Abril.

Fui deputado à Assembleia Constituinte e desde então não mais deixei de ser eleito, pelo círculo do Porto, nos sufrágios que se lhe seguiram para a Assembleia da República.

Este é o título que invoco para legitimar o privilégio de subir a esta tribuna para fazer uma saudação muito afectuosa e fraterna aos que pela primeira vez (e muitos são) se apresentam nesta Câmara como mandatários do povo e intérpretes dos seus anseios, aspirações e votos.

Grande honra é essa, mas também responsabilidade grande pesa sobre os seus ombros.

Cada um de nós, integrado nos partidos que se reclamam de democráticos, se sentirá orgulhoso de neste Parlamento poder participar nas suas tarefas essenciais, determinado a servir o ideal da democracia e a causa da liberdade, a velar pela defesa da Constituição e dos superiores direitos e interesses dos cidadãos, que o mesmo é dizer da generalidade do povo-irmão!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na saudação que exprimo permito-me destacar os mais novos dos novos, que ainda desta vez não constituem o núcleo nem têm a saliência que confirmam peso político a um vasto e importante sector do corpo eleitoral — raiz e húmus da vida da Nação.

Os jovens bem merecem fazer ouvir aqui, por eles próprios, as suas vozes, os ecos das suas inquietações e esperanças.

A juventude de Portugal — das escolas, das oficinas e dos campos — tem uma palavra a dizer sobre os problemas e os destinos da Pátria comum e não apenas dos que lhe são mais próximos ou mais específicos.

Sem dúvida que se nota nesta Assembleia uma louvável renovação de personalidades e o Partido Socialista muito contribuiu para o revigoramento e o refrescar de imagens, contornos e tons que as pessoas traduzem ou exprimem.

Mas os jovens continuaram menos lembrados quando as suas vozes mais alto e mais forte fariam coro para

a construção de uma sociedade moderna, universalista, de maior harmonia e justiça.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: De tão longe venho que pude assistir aqui a actos e a acontecimentos da maior projecção e realce, com o deslumbramento e a dignidade dos grandes momentos históricos, a contrastar com lamentáveis ocorrências que bom seria fosse possível riscar do historial desta Casa.

E a verdade manda dizer que neste hemiciclo se revelaram e ergueram grandes figuras de tribunos e parlamentares — nomes ilustres que se não apagarão da memória dos tempos e dos seus companheiros de armas.

Mas também a isenção impõe reconhecer que no decurso das legislaturas houve uma notória perda de qualidade e de vigor polémico, indispensáveis ao brilhantismo e ao prestígio desta instituição.

O cansaço de uns, o desalento ou o desencanto de outros, as tricas partidárias, de mistura com as solicitações da vida de cada qual, afastaram desta Câmara reais capacidades e valores.

E a debandada continuará se não se procurarem e praticarem as soluções que imperiosamente são de adoptar, de entre elas o reconhecimento de que os deputados não dispõem de condições apropriadas de trabalho e de remuneração condigna.

Neste capítulo, Sr. Presidente, valeria a pena fazer um cotejo ou paralelo com a situação que os deputados disfrutam noutros parlamentos, até dos mais vizinhos do nosso, e atentar nas estruturas, regalias e vencimentos que se lhes dispensam, para já não falar de certas outras profissões e grupos sociais generosamente privilegiados.

Em contrapartida, Srs. Deputados, cumprir-nos-á ser zelosos das prerrogativas e honrarias que nos cabem e do empenhamento e brio com que devemos dignificar esta Assembleia, os seus trabalhos e as suas deliberações.

É que por vezes tenho tido a impressão de que nos não damos conta dos malefícios, desvios e destemperanças — de atitudes e de expressões — que neste hemiciclo se cometem e que em muito podem afectar o conceito e o bom nome inerentes e uma nobre instituição como é o Parlamento.

Não nos esqueçamos de que há sectores, forças e organizações apostados em denegrir esta Câmara e os partidos políticos que nela participam, bem como a pôr em crise — quando não a ridicularizar — os debates, as intervenções, os votos que servem de suporte às decisões que se tomam.

Por um lado, porque a democracia se exprime através dos partidos, os profetas da desgraça e os saudosistas do passado procuram minar o parlamentarismo para abrir caminho aos aventureiros e ao poder pessoal dos ditadores. Por outro lado, os homens públicos e a classe política estão sempre sob a mira da maledicência e da intriga e até da zombaria dos caçadores de imagens e de escândalos. Dá-lhes gozo espiar os gestos, a conduta, os sentimentos alheios, porque dos próprios não cuidam ou deles se absolvem.

Mas a classe política e os homens públicos nada devem ter a recear ou a esconder. Eles sabem que democracia é transparência e que esta Casa deverá ser do mais puro cristal ...

Por isso é preciso que, até para salvaguarda do regime, a imagem deste Parlamento se mantenha fiel

às virtualidades dos ideais democráticos que professamos. Que essa imagem, pela mudança de ambiente — do hemiciclo para a rua —, não sofra um fenómeno de refacção pela palavra falada ou escrita de uns tantos fantasistas com telhados de vidro ou, pior, de curandeiros ou vendilhões de panaceias baratas ...

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É evidente que não queremos, longe disso, um Parlamento amorfo, morno, conformista, palaciano. Ao invés, queremos que seja um órgão vivo, dinâmico, pluralista, dialogante, interviniente.

A lide parlamentar não é, não pode ser, uma acção abstracta, antes tem fundura e seiva na política que se exercita, sem espartilhos ou talas, em especial quando se torna necessário denunciar a ilegalidade, o despotismo, a corrupção, a prepotência, os atropelos e os abusos do poder.

Secundando um moralista francês ao falar dos «homens de leis», diremos por nossa vez: «não se peça ao deputado o silêncio, se se trata de dizer perante o País o que o País tem a obrigação de ouvir».

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No seguimento da saudação inicial e das reflexões que a secundaram fica expresso o propósito patriótico que, por certo, será comum a todos os deputados da legislatura que agora se inicia: pugnar pela salvaguarda do regime, para que se consolide a democracia, se exercitem os direitos fundamentais que a Constituição assegura, se honre a classe política, se dignifiquem os partidos, se prestigie o Parlamento e os seus membros, se concorra para o maior consenso e concórdia entre todos os portugueses, como objectivos e meta de uma mensagem de liberdade, de paz, de progresso, de fraternidade e de justiça social.

Que assim seja!

*Aplausos do PS, do PSD, da UEDS, da ASDI e do deputado independente António Gonzalez.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está encerrado o período de antes da ordem do dia.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar Socialista, ao abrigo das disposições regimentais, requer a interrupção da sessão por 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Não é para coincidir com o intervalo, pois não?

O Sr. Carlos Lage (PS): — Não, Sr. Presidente. Depois destes 30 minutos viremos ao plenário para votar a composição da Comissão de Regimento e Mandatos, fazendo-se em seguida o intervalo regimental. É esta a proposta de método que eu sugiro.

O Sr. Presidente: — O pedido é regimental, pelo que declaro suspensa a sessão.

*Eram 16 horas e 40 minutos.*

*Após a suspensão, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Basílio Horta.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

*Eram 17 horas e 25 minutos.*

## ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, encontra-se na Mesa um relatório e parecer da Comissão Eventual de Regimento e Mandatos, que será lido seguidamente pelo Sr. Secretário.

O Sr. Secretário (Maia Nunes de Almeida): — O relatório e parecer da Comissão Eventual de Regimentos e Mandatos é do seguinte teor:

Em reunião realizada no dia 14 de Junho de 1983, pelas 15 horas, foram apreciadas as seguintes substituições de deputados:

### 1) Solicitadas pelo Partido Socialista:

Mário Alberto Nobre Lopes Soares (círculo eleitoral de Lisboa) por Francisco Igrejas Caeiro [esta substituição é pedida nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do passado dia 9 de Junho corrente, inclusive];

Jaime José Matos da Gama (círculo eleitoral de Lisboa) por Maria Helena Nazareth Santos Valente Rosa [esta substituição é pedida nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do passado dia 9 de Junho corrente, inclusive];

José Veiga Simão (círculo eleitoral da Guarda) por Jorge Alberto Santos Correia [esta substituição é pedida nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do passado dia 9 de Junho corrente, inclusive];

António de Almeida Santos (círculo eleitoral do Porto) por Manuel de Sousa Ramos [esta substituição é pedida nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do passado dia 9 de Junho corrente, inclusive];

João Rosado Correia (círculo eleitoral do Porto) por João Luís Duarte Fernandes [esta substituição é pedida nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do passado dia 9 de Junho corrente, inclusive];

Eduardo Ribeiro Pereira (círculo eleitoral de Setúbal) por Maria Lúsa Banha Modas Daniel [esta substituição é pedida nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do passado dia 9 de Junho corrente, inclusive];

António Manuel Maldonado Gonelha (círculo eleitoral de Setúbal) por José Manuel Nunes Ambrósio [esta substituição é pedida nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do passado dia 9 de Junho corrente, inclusive];

António Antero Coimbra Martins (círculo eleitoral da Europa) por Victor Manuel Caio Roque [esta substituição é pedida nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do passado dia 9 de Junho corrente, inclusive];

2) Solicitadas pelo Partido Social-Democrata:

Alípio Barrosa Pereira Dias (círculo eleitoral do Porto) por António Augusto Lacerda de Queiroz (esta substituição é pedida por um período não superior a 1 mês, a partir do passado dia 9 de Junho corrente, inclusive);

Alberto Augusto Faria dos Santos (círculo eleitoral de Aveiro) por Joaquim Luís Esteves Pinto Monteiro (esta substituição é pedida por um período não superior a 15 dias, a partir do passado dia 9 de Junho corrente inclusive);

Rogério da Conceição Serafim Martins (círculo eleitoral de Lisboa) por António do Nascimento Machado Lourenço (esta substituição é pedida para os dias 10 a 17 de Junho corrente, inclusive);

Carlos Alberto da Mota Pinto (círculo eleitoral de Coimbra) por Jaime Adalberto Simões Ramos [esta substituição é pedida nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do passado dia 9 de Junho corrente, inclusive];

Amândio Anes de Azevedo (círculo eleitoral de Vila Real) por Abílio de Mesquita Araújo Guedes [esta substituição é pedida nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do passado dia 9 de Junho corrente, inclusive];

José Augusto Baptista Lopes e Seabra (círculo eleitoral do Porto) por Guido Orlando de Freitas Rodrigues [esta substituição é pedida nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do passado dia 9 de Junho corrente, inclusive];

Mário Martins Adegas (círculo eleitoral de Aveiro) por Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas (esta substituição é pedida para o próximo dia 15 de Junho corrente).

Analizados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelos aludidos partidos nos concernentes círculos eleitorais.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes.

A Comissão: Secretário, *José Mannel M. N. de Almeida* (PCP) — Secretário, *Armando de Oliveira* (CDS) — *Armando dos Santos Lopes* (PS) — *Bento Elísio de Azevedo* (PS) — *Carlos Cardoso*

*Lage* (PS) — *José Manuel Niza Antunes Mendes* (PS) — *Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho* (Indep.) — *Luís Silvério Gonçalves Saias* (PS) — *Adérito Manuel Soares Campos* (PSD) — *Alvaro Augusto Veiga de Oliveira* (PCP) — *João Corregedor da Fonseca* (MDP/CDE).

O Sr. Presidente: — Está em discussão o relatório e parecer que acabou de ser lido.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, eu subscrevi o relatório, mas só agora, ao ouvi-lo ler, é que me dei conta de que há uma expressão que deve ser substituída. Onde se lê a respeito dos membros do Governo «esta substituição é pedida» deve ler-se «esta substituição é determinada nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento». É porque não se trata de um pedido, mas sim de uma norma do Regimento que manda substituir os deputados quando estes assumem funções de governo. Não se trata, pois, de pedir nada à Assembleia, mas sim de verificar que existem as condições para haver a substituição. Assim, a substituição não é pedida, mas sim determinada.

O Sr. Presidente: — Se não houver oposição da Câmara, a Mesa fará a emenda solicitada. Há alguma oposição?

*Pausa.*

A emenda será feita.

Vamos agora proceder à votação do relatório e parecer da Comissão Eventual de Regimentos e Mandatos.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, na reunião de líderes dos grupos parlamentares ficou acordada a seguinte composição para a Comissão de Regimento e Mandatos: o Partido Socialista far-se-ia representar por 9 elementos; o Partido Social-Democrata por 7; o Partido Comunista Português por 4; o CDS por 3; o MDP/CDE por 1; a UEDS por 1, e a ASDI também por 1.

Está em discussão esta composição para a Comissão de Regimento e Mandatos.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, pedi a palavra para uma rectificação. É que na reunião dos líderes ficou acordado que o Grupo Parlamentar do PS seria representado pelo número de deputados que aí está; o Grupo Parlamentar do PSD pelo número de deputados que aí está; o Grupo Parlamentar do PCP pelo número de deputados que aí está; o Grupo Parlamentar do CDS pelo número de deputados que aí está; o Grupo Parlamentar do MDP/CDE pelo número de deputados que aí está, e os Agrupamentos Parlamentares da ASDI e da UEDS também seriam representados pelo número de deputados que aí está.

Peço, pois, ao Sr. Presidente que coloque esta questão nos termos em que resultou da conferência de líderes parlamentares.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Realmente, não falei em grupos parlamentares, falei em partidos, e tem o Sr. Deputado razão, porque efectivamente do que se trata é de grupos parlamentares e não de partidos.

O Sr. João Amaral (PCP): — Se a questão é posta nos termos em que o Sr. Presidente o faz, continuamos com alguns problemas. Neste momento podemos dizer grupos parlamentares e agrupamentos parlamentares. Se a questão é colocada em termos de partidos, a questão já se confunde e, por isso, propunha que a definição clara fosse esta: grupos parlamentares, referindo-se aos 5 partidos, e 2 agrupamentos parlamentares.

O Sr. Presidente: — Se é esse o entendimento perfilhado pela Assembleia — e não temos dúvidas de que era esse mesmo o entendimento que estava subjacente na reunião de líderes, na qual não participei — não terei dúvidas em perfilhá-lo também.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vilhena de Carvalho.

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não adiro completamente ao ponto de vista do Sr. Deputado Amaral quanto à segunda parte da sua exposição. Relativamente à primeira, é correcta e de harmonia com o que se passou na conferência de líderes.

Assim, se V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, se refere a grupos parlamentares e a agrupamentos parlamentares, nada há a dizer.

Quanto ao resto, será uma discussão de algum modo académica e não estou neste momento disposto a dar réplica ao Sr. Deputado Amaral.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Vitorino.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Serei extremamente breve pela simples circunstância de que, fazendo minhas as palavras do Sr. Deputado Vilhena de Carvalho, escusaria de acrescentar o que quer que fosse.

Direi apenas que, na opinião do agrupamento parlamentar a que tenho a honra de pertencer, nós não entraremos em questões nominalistas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, nós também não entramos em questões nominalistas. A questão é puramente sobre a designação constitucional e regimental adequada.

O que o Sr. Deputado Carvalho — desculpe não lhe chamar Vilhena, mas também omitiu a primeira parte do meu nome — refere como a primeira parte da minha intervenção é o que resulta da conferência de líderes. Quanto à segunda parte, foi só levantada por um acrescento que o Sr. Presidente fez e que me parece desnecessário.

Toda a parte restante — estou de acordo com o Sr. Deputado Vilhena de Carvalho — é uma questão que deve ser discutida com assento, no lugar devido. Aliás, em relação a ela, o Sr. Deputado sabe muito bem que nós estamos com grande, e grande, abertura.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Não se nota.

O Sr. Presidente: — Penso que esta questão está ultrapassada. O acrescento não visava a abertura de qualquer polémica. Reitera-se, portanto, o entendimento: grupos parlamentares e agrupamentos parlamentares.

Sendo assim, ponho à votação esta proposta de composição da Comissão de Regimento e Mandatos. Vamos votar.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

O Sr. Presidente: — Sugeria aos grupos e agrupamentos parlamentares que indicassem os seus representantes para que a Comissão possa estar constituída no mais curto espaço de tempo.

Se a Câmara estiver de acordo faremos agora o nosso intervalo regimental.

Está suspensa a sessão.

*Eram 17 horas e 35 minutos.*

*Após o intervalo, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Tito de Morais.*

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

*Eram 19 horas e 50 minutos.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, desejo começar por vos pedir desculpa pelo atraso com que reiniciamos os nossos trabalhos, mas como sabem houve uma reunião dos líderes dos grupos parlamentares para se assentar nas alterações ao Regimento, que é o próximo ponto da ordem de trabalhos que temos de discutir.

O segundo ponto da ordem de trabalhos consta, pois, das alterações ao Regimento da Assembleia da República, em que se solicita ao Plenário que aprove uma alteração do artigo 46.º do Regimento sobre o elenco das comissões especializadas.

Foi apresentada uma proposta, que passo a ler e que é do seguinte teor:

1 — São constituídas as seguintes comissões especializadas permanentes:

- 1) Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;
- 2) Saúde, Segurança Social e Família;
- 3) Trabalho;
- 4) Educação, Ciência e Cultura;
- 5) Economia, Finanças e Plano;
- 6) Agricultura e Mar;
- 7) Defesa Nacional;
- 8) Negócios Estrangeiros e Emigração;
- 9) Equipamento Social e Ambiente;
- 10) Administração Interna e Poder Local;
- 11) Integração Europeia;
- 12) Condição Feminina;
- 13) Juventude.



2 — As comissões especializadas poderão propor ao Plenário da Assembleia da República a constituição, com carácter permanente, das subcomissões que forem julgadas necessárias.

3 — Compete às comissões especializadas definir a composição e o âmbito das subcomissões.

A questão referente ao elenco das comissões não teve um consenso unânime na reunião dos líderes dos grupos parlamentares.

Vamos, no entanto, proceder à votação desta proposta aqui, no Plenário.

Tem, entretanto, a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, podemos votar o n.º 1 por uma só vez e depois os n.ºs 2 e 3 também por uma só vez.

O Sr. Presidente: — Se não há objecções, vamos proceder da forma como o Sr. Deputado sugeriu.

Vamos votar o n.º 1.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PSD, do CDS, da UEDS e da ASDI, e abstenções do PCP, do MDP/CDE e do deputado independente António Gonzalez.*

O Sr. Presidente: — Vamos votar agora os n.ºs 2 e 3.

*Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral, para uma declaração de voto.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: De uma forma muito breve, para dizer que a nossa posição de abstenção em relação ao n.º 1, mais do que uma posição de desacordo, é uma forma de exprimirmos as reservas que a solução merece.

A solução encontrada, que passa as comissões especializadas existentes na anterior legislatura de 19 para 13, partia da ideia de que era necessário reduzir o seu número em função da eficácia. Haveria, portanto, que encontrar critérios, e no acerto desses critérios entendeu-se, por exemplo, privilegiar a criação de uma Comissão de Integração Europeia em prejuízo da diluição e do cancelamento da existência de uma comissão como a de Cultura e de Ambiente, que nos parecia de extrema relevância.

Foi este quadro de reservas, a que se acrescentam as da junção da Comissão de Assuntos Constitucionais com a de Direitos, Liberdades e Garantias — é uma experiência que valerá a pena fazer, mas que merece da nossa parte reservas —, as da forma como decorreu a análise das várias funções que a Assembleia exerce e as da forma, apesar de tudo pouco cuidada, como de alguma maneira se está a ligar a estrutura das comissões especializadas permanentes à estrutura do Governo, que determinou a nossa posição de abstenção.

Entretanto, devemos salientar que é positivo que nesse quadro a matéria da segurança social não tenha, como se pretendeu a certa altura, passado daquilo que era tradicionalmente o seu lugar na Assembleia da Re-

pública, ou seja, da área da saúde. Parece-nos também importante ressaltar que, por algum esforço feito, as Comissões da Condição Feminina e da Juventude se tenham mantido como áreas importantes da actividade das comissões parlamentares.

Foi este o sentido do nosso voto e era isto que cumpria aqui exprimir.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Niza.

O Sr. José Niza (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista pensa que foi dado neste momento um passo importante no sentido da eficácia dos trabalhos parlamentares.

Não é uma medida de grande polémica nem muito espectacular, mas vai ter logicamente, como resultado de uma experiência de alguns anos de trabalho parlamentar, resultados positivos. O mesmo aconteceu noutros parlamentos, designadamente no Parlamento Espanhol, onde houve uma redução muito mais significativa do que esta no número de comissões, com benefício da rentabilidade.

É efectivamente importante recolher a experiência adquirida nos últimos anos e obter uma redução do número de comissões, pois, dadas as condições de trabalho desta Assembleia da República, ficará facilitado o seu trabalho, as suas reuniões regulares, a sua própria instalação, para além dos serviços de apoio especializados que deverão passar a ter e que constarão de propostas de alteração ao Regimento.

Entendemos também antecipar e autonomizar esta proposta para este dia com o objectivo de as comissões constituídas poderem, a partir de agora, começar imediatamente a trabalhar nos projectos de lei que já foram apresentados a esta Assembleia.

Os Grupos Parlamentares do Partido Socialista e do PSD irão apresentar oportunamente um conjunto de alterações ao Regimento que versarão outras áreas em maior profundidade, mas entendemos que deveríamos antecipar esta, no sentido da eficácia.

Não há soluções perfeitas e poderá ser discutível o critério seguido em relação à extinção de algumas comissões ou à criação de outras. Aquilo que se nos oferece como mais duvidoso e que na conferência dos líderes foi mais discutido tinha a ver, sobretudo, com 3 comissões: a da Integração Europeia, a da Juventude e a da Condição Feminina.

Em relação à Comissão da Integração Europeia, que já existia no Regimento anterior, logicamente que devia ser confirmada como comissão autónoma, pois não faria sentido que, estando Portugal a negociar a entrada na CEE, esta Comissão desaparecesse do elenco das comissões especializadas.

Quanto às Comissões da Juventude e da Condição Feminina, as nossas reservas vieram, sobretudo, da experiência adquirida, que não foi positiva. Foram comissões que pouco trabalho tiveram na anterior sessão legislativa e, portanto, daí poder tirar-se a conclusão de que era necessário encontrar uma outra solução que fosse, por exemplo, a fusão delas numa área social que contemplaria, designadamente, a Fa-



mília, a Juventude e a Condição Feminina. Não era também uma solução ideal e, por isso, optámos por manter aquilo que estava, esperando desde já que quer a Comissão da Condição Feminina, quer a Comissão da Juventude possam desencadear iniciativas e realizar um trabalho mais positivo e mais regular do que aquele que foi feito até agora, justificando a sua existência autónoma.

*Finalmente, queríamos congratular-nos com a possibilidade de, a partir de agora e através desta votação, as comissões especializadas poderem ser empossadas dentro de dias, dentro de uma sessão ou duas, e começarem o seu trabalho parlamentar no sentido de iniciarem a abordagem dos inúmeros projectos de lei que já foram distribuídos à Mesa.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, suponho que estão de acordo em que prolonguemos uns minutos esta sessão para que todos os Srs. Deputados que estão inscritos possam usar da palavra.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vitorino.

**O Sr. António Vitorino (UEDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Agrupamento Parlamentar da UEDS votou favoravelmente a redução do número de comissões parlamentares com o intuito fundamental de, por esta forma, contribuir para a racionalização e rentabilização dos trabalhos da Assembleia da República e com a consciência perfeita das limitações que a votação que acabámos de fazer comporta em si mesma, atenta a necessidade de dar uma resposta pronta à problemática da organização das comissões, tendo em vista o início do próximo trabalho parlamentar.

Na realidade, todos nós, nesta Assembleia, temos consciência perfeita de que para dar operacionalidade não basta uma mera redução do número global das comissões.

Com efeito, a medida principal consistirá em alterar o Regimento desta Assembleia da República, mas a premência do tempo justifica a adopção desta iniciativa, sobretudo se com ela a Assembleia da República se comprometer publicamente a encarar de forma diferente e nova o significado político do trabalho das comissões.

Na realidade, o Plenário não esgota o significado e a existência de uma instituição parlamentar, e a experiência dos parlamentos da Europa Ocidental aponta exactamente para que em todos eles as comissões tenham que ser, cada vez mais, instrumentos operativos, e não apenas o Plenário, para efeitos dos debates parlamentares. É por isso que, em nosso entender, a adopção desta alteração implica outras medidas complementares que passam, por exemplo, pela previsão da possibilidade de as comissões trabalharem em simultâneo com o próprio Plenário, abolindo o regime que consideramos obsoleto de haver apenas um dia por semana para reuniões dos trabalhos das comissões. A redução do número de comissões só se justifica se na realidade apontar para a criação de uma dinâmica de trabalho própria interna a cada comissão, porque só com tal dinâmica o Parlamento poderá sair verdadeiramente prestigiado. Teremos de voltar à matéria, sem margem para dúvidas, aquando da alteração do Regimento desta Câmara.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Corregedor da Fonseca.

**O Sr. Corregedor da Fonseca (MDP/CDE):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O MDP/CDE aceitou e está de acordo com a diminuição do número de comissões parlamentares. Isso poderá facilitar, na realidade, uma maior operacionalidade dos trabalhos parlamentares, o que não se verificou na última legislatura, como todos nós sabemos.

Importa, no entanto, dizer que nos abstivemos na votação do n.º 1 principalmente por dois motivos. O primeiro, porque não vimos contemplada neste elenco uma proposta nossa que era a de manter a Comissão de Comunicação Social. Não foi possível, mas existe o compromisso, por parte de todos os partidos, de fazer aprovar aqui, neste Plenário, a criação de uma Subcomissão Permanente de Comunicação Social, adstrita à Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias e Assuntos Constitucionais.

Quanto à Comissão de Integração Europeia, abstinemo-nos também, pois consideramos que esta Comissão está desinserida da Comissão de Economia e Finanças. É que não se trata apenas de uma questão política — e todos nós sabemos qual é a opção política deste Governo — e dos problemas que a constituem. O problema da integração europeia está intimamente ligado aos assuntos económicos e financeiros e não é um assunto meramente político.

Esperamos que a partir de agora as comissões sejam mais operacionais e que os trabalhos parlamentares sejam mais dignificados, o que não se verificou com a instrumentalização e com o péssimo exemplo dado pelas últimas sessões, em que as comissões parlamentares não funcionavam, prejudicando seriamente a acção parlamentar e a própria imagem desta Assembleia da República.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Cardoso Ferreira.

**O Sr. Cardoso Ferreira (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também nós, Partido Social-Democrata, nos congratulamos com as alterações aprovadas ao Regimento e pensamos que a partir de agora estão criadas todas as condições para que o verdadeiro trabalho parlamentar decorra ao nível das comissões, sem prejuízo, obviamente, das sessões plenárias onde as questões têm de ser debatidas. Julgamos que esta compressão, que ao fim e ao cabo não prejudicou o conjunto das comissões e das matérias que abrangiam, poderá proporcionar, não só em termos físicos de adequação de instalações de *staff* de apoio, um melhor tratamento das questões que certamente iremos encontrar. Por tudo isso se traduz esta proposta, que foi aprovada, numa melhor operacionalidade do Parlamento e julgamos que com isto a instituição parlamentar será, naturalmente, dignificada.

**O Sr. Presidente:** — Não havendo mais inscrições para declarações de voto, vou passar a dar conhecimento de dois documentos entrados na Mesa: um relatório e contas da Junta do Crédito Público, que mandei publicar e distribuir aos grupos parlamentares, e um recurso apresentado pelo Partido do Centro Democrá-

tico Social sobre a decisão do Presidente da Assembleia da República de admissão do projecto de lei n.º 7/III (Interrupção voluntária da gravidez) ...

**Uma voz do PCP:** — E já cá não está o Morgado!

*Risos.*

**O Sr. Presidente:** — ... recurso que é do seguinte teor:

Excelência:

Os deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social (CDS), apresentam a V. Ex.ª o recurso da decisão de admissão do projecto de lei n.º 7/III, sobre interrupção voluntária da gravidez.

Apresentamos a V. Ex.ª os melhores cumprimentos.

Os Deputados do CDS (Direcção do GP): *Francisco Lucas Pires — João Morais Leitão — José Nogueira de Brito — Henrique Soudo — Hernâni Moutinho — José Luís Vilaça — João Abreu Lima.*

#### Projecto de Lei n.º 7/III

##### Interrupção voluntária da gravidez

##### Recurso

O Grupo Parlamentar do Partido do Centro Democrático Social (CDS) vem recorrer para o Plenário da Assembleia da República da decisão de S. Ex.ª o Presidente da Assembleia da República de admissão do projecto de lei n.º 7/III, sobre interrupção voluntária da gravidez.

Fá-lo nos termos do disposto no artigo 137.º do Regimento desta Assembleia e porque o referido projecto viola a norma correspondente ao artigo 24.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa, que consagra a inviolabilidade da vida humana.

Srs. Deputados, de harmonia com o artigo 137.º, n.º 3, do Regimento, que diz que «findo o prazo previsto no número anterior, o Presidente incluirá a apreciação do recurso na primeira parte da ordem do dia da reunião imediata», este recurso será apreciado na primeira parte da ordem do dia da reunião de amanhã, que terá início às 15 horas. Portanto, haverá um período de antes da ordem do dia, como é normal, seguindo-se-lhe o período da ordem do dia, que consta do seguinte: eleição dos representantes da Assembleia da República no Conselho de Estado, alteração à Lei Orgânica da Assembleia da República e deliberação sobre o prolongamento da sessão legislativa.

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — Sr. Presidente, dá-me licença?

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — O Sr. Presidente tinha dito há pouco que se incluía a discussão da impugnação da admissão do projecto de lei n.º 7/III na primeira parte da ordem do dia de amanhã, mas agora, quando leu, não a incluiu.

**O Sr. Presidente:** — Só li a segunda parte da ordem do dia, Sr. Deputado.

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — Mas a eleição não é na segunda parte, Sr. Presidente! As eleições são na primeira parte. Então há aí qualquer coisa que não dá o tom com o som!

**O Sr. Presidente:** — Realmente tem razão, Sr. Deputado Veiga de Oliveira. Na primeira parte da ordem do dia far-se-á a apreciação do recurso e a eleição dos representantes da Assembleia da República no Conselho de Estado. A segunda parte é aquela que já indiquei. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Sr. Presidente, confessamos que fomos apanhados de surpresa e pedíamos ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados que nos permitissem uma breve reflexão, na medida em que a impugnação surgiu repentinamente (foi marcada para a sessão de amanhã), o que fez com que nós ficassemos um pouco à deriva.

Pedíamos, pois, ao Sr. Presidente que nos concedesse 5 minutos para consultarmos o Regimento.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, o artigo em causa, o n.º 137.º, diz o seguinte:

1 — Admitido um projecto ou proposta de lei e distribuído à comissão competente, o Presidente comunicará o facto à Assembleia.

2 — Até ao termo da segunda reunião subsequente qualquer deputado pode recorrer para o Plenário, por requerimento escrito e fundamentado:

- a) Quanto à admissibilidade formal e material do projecto;
- b) Quanto à comissão competente.

3 — Findo o prazo previsto no número anterior, o Presidente incluirá a apreciação do recurso na primeira parte da ordem do dia da reunião imediata.

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Dá-me licença, Sr. Presidente?

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Sr. Presidente, não nos é indiferente a ordem dos pontos da agenda da sessão de amanhã. Pensamos que primeiro dever-se-á proceder à eleição e só depois se deverá apreciar o recurso.

**O Sr. Presidente:** — Então, se não houver objecções, altera-se a ordem da primeira parte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Moura Guedes.

**O Sr. Moura Guedes (PSD):** — Sr. Presidente, uso da palavra para solicitar um esclarecimento a V. Ex.ª. Fiz um requerimento à Mesa no sentido de ser incluída na primeira parte da ordem do dia de amanhã a leitura do relatório do grupo português que participou na reunião da Primavera da União Interparlamentar, realizada em Helsínquia no passado mês de Abril.

Segundo me pareceu, V. Ex.<sup>a</sup> não fez referência a essa leitura, pelo que desejava saber se será incluída na ordem do dia de amanhã. É que, se assim não acontecer, penso que perderá oportunidade.

O Sr. **Presidente**: — Com efeito, recebi agora a comunicação que o Sr. Deputado enviou para a Mesa. Sucede que a ordem do dia tem de ser elaborada com 24 horas de antecedência e, portanto, a de amanhã já estava feita, tendo apenas sido incluído nela o recurso que atrás referi, por exigência regimental.

Penso, pois, levar a questão que acabou de levantar à apreciação da reunião dos líderes parlamentares, a fim de ser agendada na próxima reunião, mas não na de amanhã.

O Sr. **Moura Guedes** (PSD): — Com certeza, Sr. Presidente. Penso é que entraremos na discussão do Programa do Governo, e a leitura deste relatório diferirá para bastante mais tarde.

O Sr. **Veiga de Oliveira** (PCP): — Olhe que não!

O **Orador**: — Mas, se não houvesse oposição da Câmara e se V. Ex.<sup>a</sup> assim o entendesse, penso que não viria mal nenhum ao mundo se fosse incluído na sessão de amanhã.

O Sr. **Presidente**: — Se os diversos grupos parlamentares estiverem de acordo com a inserção de mais este ponto na ordem do dia de amanhã, a Mesa não vê inconveniente nisso.

Passo a ler a carta do Sr. Deputado Moura Guedes:

Sr. Presidente da Assembleia da República:

Excelência:

Em nome da delegação parlamentar que participou na reunião da Primavera da União Interparlamentar, realizada em Helsínquia de 25 a 29 de Abril passado, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> a minha inscrição na primeira parte do período da ordem do dia da próxima sessão, para apresentação do relatório da referida reunião.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Sr. Presidente, é só para dizer que, pelo nosso lado, o facto de não estar presente o nosso deputado que integrou a delegação da União Interparlamentar em Helsínquia nos leva a pôr algumas reservas a que seja lido o relatório amanhã. Como compreenderão, ele é a pessoa indicada para, digamos, estar presente quando o relatório for lido.

O Sr. **Presidente**: — Se estivessem de acordo, como amanhã há uma reunião dos líderes parlamentares, resolver-se-ia lá este problema.

Tenho ainda que fazer uma outra observação: a deliberação sobre o prolongamento da sessão legislativa

também deve ser incluída na primeira parte da ordem de trabalhos da sessão de amanhã.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Sr. Presidente, desejava saber se V. Ex.<sup>a</sup> vai ou não anunciar os projectos de lei e ratificações que entregámos na Mesa durante a sessão de hoje.

O Sr. **Presidente**: — Dado que acabaram de dar entrada, pensava anunciá-los na próxima reunião.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Com certeza, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais nenhum assunto a tratar, está encerrada a sessão.

*Eram 20 horas e 15 minutos.*

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

#### Partido Socialista (PS):

António Jorge D. Rebelo de Sousa.  
Emanuel Vasconcelos Jardim Fernandes.  
Eurico José P. Carvalho Figueiredo.  
Fernando Alberto Pereira de Sousa.  
Fernando Manuel dos Santos Gomes.  
José Luís do Amaral Nunes.

#### Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Fernando José da Costa.  
João Maurício Fernandes Salgueiro.  
Jorge Nélcio P. Ferraz Mendonça.  
Manuel Ferreira.  
Rui Alberto Barradas do Amaral.  
Virgílio Higinio Gonçalves Pereira.

#### Partido Comunista Português (PCP):

António Dias Lourenço da Silva.  
António José de Almeida Silva Graça.  
Carlos Alfredo de Brito.  
Joaquim Gomes dos Santos.  
José Rodrigues Vitoriano.  
Octávio Floriano Rodrigues Pato.

#### Centro Democrático Social (CDS):

João Lopes Porto.  
José Augusto Gama.  
Luís Eduardo da Silva Barbosa.  
Luís Filipe Paes Beiroco.

#### Agrupamento Parlamentar da União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS):

António César Gouveia de Oliveira.  
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.

A Redactora de 1.<sup>a</sup> Classe, *Maria Leonor Caxaria Ferreira*.

PREÇO DESTE NÚMERO 40\$00.

---

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA